DELEUZE E GUATTARI

PENSAR EM VEREDAS QUE SE BIFURCAM

Política, Educação e Clínica

Vol. I

Alex Fabiano Correia Jardim
Adhemar Santos de Oliveira
Paulo Henrique Dias Costa
Warley Kelber Gusmão de Andrade
Michelle Martins de Almeida
Jailson Pereira de Amorim
Sabrina Lasevitch Menezes
Laise Franciele Souza Silva
(Organizadores)

Editora CRV

Alex Fabiano Correia Jardim
Adhemar Santos de Oliveira
Paulo Henrique Dias Costa
Warley Kelber Gusmão de Andrade
Michelle Martins de Almeida
Jailson Pereira de Amorim
Sabrina Lasevitch Menezes
Laise Franciele Souza Silva
(Organizadores)

DELEUZE E GUATTARI – PENSAR EM VEREDAS QUE SE BIFURCAM: política, educação e clínica

Volume I

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2022

Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação: Designers da Editora CRV
Capa: Paulo Henrique Dias
Revisão: Os Autores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE
Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

J37

Jardim, Alex Fabiano Correia.
Deleuze e Guattari – pensar em veredas que se bifurcam: política, educação e clínica – volume I / Alex Fabiano Correia Jardim *et al.* (organizadores) – Curitiba : CRV, 2022.
356 p.

Bibliografia
ISBN Digital 978-65-251-2297-7
ISBN Físico 978-65-251-2299-1
DOI 10.24824/978652512299.1

1. Filosofia 2. Psicanálise 3. Educação – política e sociedade I. Título II. Série.

2022- 16560

CDD 150.195
CDU 159.964

Índice para catálogo sistemático
1. Psicanálise – 150.195

ESTA OBRA TAMBÉM SE ENCONTRA DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!

DISPONÍVEL NO Google Play
Baixar na App Store

2022
Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV
Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV
Tel.: (41) 3039-6418 – E-mail: sac@editoracrv.com.br
Conheça os nossos lançamentos: **www.editoracrv.com.br**

SUMÁRIO

PREFÁCIO 13
Vladimir Moreira Lima

FASCISMOS MOLECULARES Y CONEXIONES REVOLUCIONARIAS 21
Cristóbal Durán Rojas

ESTÉTICA DE LA EXISTENCIA EN DELEUZE (Y GUATTARI): anotaciones a propósito de un "nuevo" campo de batalla 31
Camilo Enrique Rios Rozo

PENSAMENTO SUCATEADO, PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E CONTROLE NA ERA DA *BIG DATA* 45
André Luis La Salvia

UMA CLÍNICA CONTRADISCIPLINAR 57
Sabrina Batista Andrade

BIFURCAÇÕES DOS LEGALISMOS: institucionalização da escola e relações penais no século XIX 67
Estela Scheinvar
Lukas Lobo
Rafael da Cruz
Juliana Aney

ESCRITA DOCENTE: experimentações em sala de aula 77
Júlia Maria Ferreira Leite
Marcos Vinícius Leite

BREVE RELATO DE EXPERIMENTAÇÕES ESQUIZOANALÍTICAS ENTRE LIVES NO INSTAGRAM 87
Rogério Felipe Santos Teixeira
Marcelo Fontes

FUNDANDO IMPERMANÊNCIAS: alianças entre educação, técnica e estética 95
Cintya Regina Ribeiro

TESTEMUNHOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL: ficções políticas de *uma* vida 105
Karina Acosta Camargo

ARRIAR A ESQUIZOANÁLISE NAS ENCRUZILHADAS DE FRANTZ FANON PARA EXPERIMENTAR UMA CLÍNICA QUE PENSE COM OS PÉS ONDE PISA 115
Deivison Warlla Miranda Sales

ENTRE: artesanias do pensamento em educação especial e em saúde mental 125
Daniele Noal Gai
Aline Milena Castro Matos

DO BOLSONARISMO COMO MÁQUINA DE GUERRA NEOFASCISTA: uma hipótese 139
Émerson Pirola
Felipe Fortes

A DESTERRITORIALIZAÇÃO COMO EXPERIÊNCIA NOS ESTUDOS EM EDUCAÇÃO: ressonâncias para o campo educacional 153
Ana Lúcia Gomes da Silva
Váldina Gonçalves da Costa
Fernanda Borges Andrade
Vânia Cristina da Silva Rodrigues

CORPOS, PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E CAPITALISMO 165
Yan Menezes Oliveira

SUBJETIVIDADE MARGINALIZADA: quem são os adolescentes que cumprem medida socioeducativa? 177
Maria Isabel Pereira Flores
Natália Silva Resende

AS *FAKE NEWS* E O DESEJO PELO FASCISMO 187
Thiago Vidal Ricardo

UM ENSAIO SOBRE CONTROLE, MODULAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DA VIDA 197
Felipe Sampaio de Freitas
Flávia Cristina Silveira Lemos

RESSONÂNCIAS EM HASTA EL BORDE – "CORPO RÍTMICO" 207
Paulo Carneiro Maia Neto

O DENTRO, O MEIO E O FORA: fluxos virais e os circuitos algoritmicos do poder 213
Leandro José Carmelini
Danichi Hausen Mizoguchi

RIZOMA E EDUCAÇÃO EM DELEUZE E GUATTARI 225
Wesley Magalhães Viana

VIRAR FOME NESTE LABIRINTO 235
Saulo de Araújo Lemos

TRAÇOS CONCEITUAIS DA REPETIÇÃO E DO HÁBITO EM GILLES DELEUZE 245
Gonzalo Montenegro Vargas

VIDÊNCIA E ESGOTAMENTO EM DELEUZE 259
Lucas Dilacerda

DELEUZE Y LA PRAXIS DE LOS CLÁSICOS UNA IMPRONTA DESDE UN BERGSON ARISTOTÉLICO 275
Miguel Ruiz Stull

OS TENTÁCULOS DO NEOLIBERALISMO: do problema da semiformação aos microfascismos em nós – os germes letárgicos dos novos fundamentalismos da política contemporânea 287
Michelle Martins

SONHOS ELABORADOS – FREUD, KAFKA E GUATTARI 319
Luciane Briotto

APRENDIZADOS EM SPINOZA, DELEUZE E GUATTARI NA PANDEMIA 333
Luiz Manoel Lopes

SOBRE OS ORGANIZADORES 345

ÍNDICE REMISSIVO 349

TRAÇOS CONCEITUAIS DA REPETIÇÃO E DO HÁBITO EM GILLES DELEUZE

Gonzalo Montenegro Vargas[1]

1

Considerando traços da conceptualização das noções de "repetição" e "hábito", presentes em *Empirisme et subjectivité* (DELEUZE, 1953, em diante ES), esperamos fazer algumas anotações acerca do percurso que leva até *Différence et répétition,* tese que Deleuze apresenta em 1968 (doravante DR), cujo capítulo II se debruça na constituição da síntese do presente. Para tanto, será necessário estabelecermos duas etapas na determinação desse percurso.

Na primeira etapa, abordaremos a forma em que Deleuze descreve o hábito como princípio complementar ao princípio de experiência na construção do conhecimento (ES, III – 1953, p. 64-66). Para tanto, colocaremos em evidencia a distinção que traça o francês entre hábito e repetição a propósito da causalidade em Hume. Para o escocês, a repetição de casos semelhantes, a conjunção constante, chancelada pela rigorosa análise do princípio de experiência, não é suficiente para assentar a conexão necessária da causalidade. Esta deriva do poder da crença, que fundamenta a inferência causal segundo o que apresenta Hume em seu *Treatise of Human Nature* (1896, 1.3.6-1 [a seguir THN, livro.parte.seções]). Eis a emergência do progresso que dá origem ao hábito: a conjunção constante ou repetição dos casos no passado se torna, agora, uma força capaz de se adentrar no futuro (ES, III – 1953, p. 61-65).

Cabe ressaltar a importância de não reduzir os elementos do trabalho acerca de Hume a meras peças premonitórias da tese de doutorado. Deleuze, sabemos, caracteriza DR através da técnica de colagem heteróclita de referências (DR, Intro – 1968, p. 4). No entanto, isso não autoriza a tratar as monografias que antecedem esta obra em termos de uma espécie de ilusão retrospectiva. Aqui consideramos fundamental fazer valer a premissa empirista formulada por Deleuze, ao considerar que as relações são exteriores aos seus termos (ES, V – DELEUZE, 1953, p. 109-110; DELEUZE, 2002, p. 227-228). Neste trabalho, isso equivale a dizer que as noções que nos interessam, repetição e hábito, fazem parte de relações que as ultrapassam. Sendo assim, a operação de colagem de DR não deveria possuir um papel teleológico com relação à montagem que determina a estratégia de leitura de ES.

1 Professor da UNILA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: gozznl@gmail.com

A segunda etapa do percurso requer detalhar a forma em que se produz a articulação das noções citadas em DR. De acordo com o princípio de composição em colagem, estes traços entram em relações que comportam um âmbito de discussão diferente. ES introduzia uma separação entre duas concepções do tempo. O tempo, considerado do ponto de vista das percepções distintas dadas na experiência, consiste apenas na forma de sucessão de tais percepções. Entretanto, para a subjetividade, o tempo incorpora a progressão do hábito e gera, assim, as inclinações que regem o percurso temporal (ES, III – 1953, p. 64-66; ES, V – 1953, p. 103-108). Estes traços são abordados em DR, II na forma de dois níveis de repetição: a repetição material (ou repetição "*em si*") e a repetição enquanto contração (repetição "*para si*"). O segundo tipo de repetição evidencia a existência de uma síntese passiva na constituição da subjetividade, capaz de garantir a sucessão temporal a través de um elo que torna íntimos os diferentes momentos da sucessão. Trata-se de uma reprodução precisa do trabalho desenvolvido acerca do hábito em ES e que denota, todavia, uma tendência a maximizar a diferença expressiva desse pensamento.

Nesse ponto apreciamos o recorte cuidadoso que permite a Deleuze compor a colagem de DR, II em que não reconhecemos mais as palavras de Hume, ou em que este fala através de outrem. Com efeito, no que retratamos aqui Hume fala pelas palavras de Bergson: o progresso do hábito se tornou a compenetração dos momentos sucessivos que descreve a duração (BERGSON, 1970, p. 48). Aliás, após uma breve análise da estrutura básica da repetição em Hume, Deleuze passa a tratar Hume e Bergson de forma conjunta para descrever a relação entre hábito e repetição. Mas essa compenetração permite observar, também, a maneira em que o fluxo temporal decorre desde um passado que se prolonga até o futuro. Novamente, um nome próprio abre espaço para o trabalho com personagens alheios: a introdução da ideia de duração se produz no meio da descrição do fluxo temporal na síntese passiva. Aqui, a colagem se relaciona com um Husserl que se exprime através da duração. Por isso, a descrição da temporalidade enquanto compenetração, faz dela um fluxo de retenção do passado imediato e de protenção do futuro próximo. O tempo presente recebe o nome de síntese passiva graças a este traço husserliano em que reverbera a descrição do fluxo temporal das *Lições* proferidas em 1908 (HUSSERL, 2002).

Os desdobramentos se multiplicam na medida em que mais mergulhamos no assunto (DR, II, p. 98-105). Mencionamos aqui mais um traço. O tratamento da ideia de síntese em DR, II remete, ao que parece, ao contraste que Deleuze estabelecia entre Hume e Kant para determinar o papel da associação na imaginação (ES, VI – 1953, p. 122-126). Contraste cujo contexto documental se assemelha ao da leitura heideggeriana da questão da imaginação

na primeira edição da *Crítica da razão pura* (CELIS, 2011). Não por acaso a síntese passiva remete ao problema das três sínteses da imaginação, o que desenha um campo de discussão que compreende boa parte da filosofia de meados do século XX. Por isto, não surpreende que no capítulo VI de ES Deleuze cite as passagens da *Crítica* dedicadas à imaginação para discutir o estatuto do empirismo humeano e seu contraste com a tentativa crítica de Kant (ES, VI – 1953, p. 123-125).

2

Passemos à análise de algumas questões metodológicas relevantes para esta leitura. Neste caso, vale se apoiar no princípio de exterioridade das relações. Por isso, afirmamos a necessidade de evitar raciocínios referidos à origem ou à teleologia, ao estudarmos os traços que deixam noções como repetição ou hábito em ES e DR. Quando falamos em traços conceituais estamos, de certo modo, constituindo uma analogia. Trata-se da forma em que as relações internas a ES estão abertas sobre um campo textual maior que as relaciona, por sua vez, com a composição de DR.

De acordo com o que indicamos, será possível determinar com maior precisão o estatuto da colagem para pensar os traços conceituais enquanto peças independentes da conexão que estas, por ventura, venham a integrar em DR, II. Atentamo-nos aqui à premissa da existência distinta das partes, que não por acaso Deleuze nomeia "*princípio de diferença*" em ES (V – 1953, p. 93). Com isso, podemos dizer que o traço conceitual não representa uma presença originária, senão a abertura que separa as diferentes peças. Parece necessário cultivarmos, assim, uma forma de literalidade atomista que nos afaste das ilusões da origem ou da finalidade, no que tange à analogia que está aqui em jogo. Inclusive, embora a questão da literalidade em Deleuze extrapola de longe o assunto que tratamos aqui, poderíamos conjecturar *en passant* certa relação entre esta e o assunto que nos ocupa.

O capítulo IV de ES, intitulado "*Deus e o mundo*", nos instrui claramente acerca dos riscos de inserir as partes numa totalidade ou horizonte. Nesse capítulo, Deleuze desenvolve um diagnóstico crítico acerca do raciocínio analógico como fundamento da teologia natural. Na ocasião, o francês afirma que o próprio sentido da filosofia se confunde com esse diagnóstico, a saber: evidenciar os usos fictícios do princípio de causalidade para denunciar quaisquer formas de superstição, notadamente as que fundam a religião na cosmologia (ES, IV – 1953, p. 75-76, p. 85-89). De fato, a analogia tem um alcance exclusivamente parcial. Acerca das explicações relativas à origem do mundo e de Deus, compreendido a partir da convergência de tais explicações,

Deleuze diz que "*cada uma das visões que se incide sobre ela [a ideia de Deus], tem apenas a função de fazer-nos ultrapassar as outras visões, igualmente possíveis, lembrando-nos que se trata de analogias sempre parciais*" (2001, p. 66 [ES, IV – 1953, p. 78]).

Se extrairmos essa passagem do contexto relativo à crítica da religião, e a aplicarmos ao âmbito das operações textuais que Deleuze desenvolve no âmbito de DR, II, apreciamos uma coincidência impressionante. Inclusive, é possível trasladar a frase para evidenciar o funcionamento analógico de um conceito. A análise de cada uma das peças que compõe o argumento se desdobra em peças diferentes. Assim, os nomes dos filósofos devêm personagens que falam através dos conceitos de outrem. O procedimento de colagem de DR parece, portanto, remeter às determinações metodológicas da análise das partes segundo o atomismo de ES. Além disso, cumpre frisar que nosso próprio mecanismo repetitivo com relação ao enunciado, constitui uma forma de repetição que Deleuze chama de contemplação. Trata-se do que Deleuze descreve em DR, II com o verbo "*soutirer*" (extrair, transvasar, surrupiar)[2]. Ao extrair um mecanismo repetitivo, movimento ou operação de seu contexto, e vertê-lo em outro campo emerge algo diferente. E novas composições vem à tona. Isto vale inclusive para a premissa metodológica acerca da analogia que, ao lermos "*de novo*", descreve as características da colagem. O movimento que efetuamos ao repetir a leitura da passagem de ES se confunde, portanto, com as estratégias de repetição descritas de acordo com um desdobramento ou transvasamento contemplativo que parecem efetivadas no tecido do argumento, enquanto colagem de fragmentos surrupiados alhures.

Vale a pena nos debruçar aqui numa distinção terminológica sutil, quase imperceptível, que perpassa de maneira cuidadosa a obra dedicada a Hume – e que gera um quebra-cabeça de tradução difícil de resolver. Trata-se da distinção entre "*partial*" e "*partiel*" para caracterizar dois tipos de partes. As partes de uma sociedade se caracterizam por sua natureza parcial (*partial*), na medida em que os interesses dos particulares dependem do núcleo familiar e de amizades mais próximo. O papel da moralidade pública consiste em criar uma totalidade capaz de integrar as partes e ultrapassar sua parcialidade. Em contraste, as partes da natureza são elementos fragmentares, partições

2 Identificamos nuances entre as diferentes edições da tradução brasileira. A primeira edição de 1988 traduz "soutirer" por "transvasar". Com isso, coloca a ênfase na mudança de recipiente que supõe trasladar um líquido de um suporte a outro. Aqui se trata de espelhar a repetição enquanto é trasladada para um novo suporte ou âmbito. Daí a ideia de contemplação. Em contraste, a segunda edição de 2006 verte o termo por "extrair", que sugere focar na tentativa de purificação que motiva o transvazamento de líquidos – bebidas alcoólicas ou produtos químicos em geral. A última edição, de 2018, conserva o termo "extrair". Mais recentemente, em tradução inédita, Orlandi e Ivo vertem o vocábulo em questão por "surrupiar", salientando ainda mais a ênfase relativa à extração e transformando-a numa sorte de operação imperceptível e imprevisível.

(*partielles*), cuja composição gera somente uma ordem restrita, sem um conjunto unificador (ES, I – 1953, p. 20-22). Por este motivo, um raciocínio que dotar de convergência às partes da natureza, através de totalidades como as ideias de mundo ou de Deus, envolve um uso fictício que caracteriza as superstições da religião – ou da ciência que, por ventura, venha a se fundamentar do mesmo modo.

Assim sendo, o perigo de introduzir uma compreensão teleológica no estudo comparativo das obras de um autor deriva de um uso desse tipo. Neste caso, desconsideramos a natureza fragmentar (*partielle*) do traço conceitual, cujas relações efetuam uma composição que não se basta a si própria e que, por esse motivo, permanece aberta à exterioridade. As relações são exteriores às partes, graças a que as partes possuem uma natureza fragmentar que admite a analogia somente de modo restrito ou provisório. Este cuidado metodológico remete, por sua vez, à questão que nosso estudo aborda a seguir, ou seja, ao tratamento do hábito como princípio complementar ao da experiência.

3

O fundamento da causalidade para Hume encontra-se na crença. Mas não se trata da crença arbitrária presente numa associação de ideias quaisquer, senão do motivo que garante nossa adesão ao raciocínio envolvido na inferência causal. A crença é a força que vivifica o elo associativo da causalidade. Mas em que consiste exatamente esse processo de vivificação?

Hume começa o *Treatise* enunciando o famoso princípio da cópia. Segundo este princípio nossas ideias são reproduções exatas das percepções sensíveis a partir das quais se formam. Para isso, distingue entre dois tipos de percepções mentais, impressões e ideias, diferenciando-as pelo grau de vivacidade com que se manifestam (THN, 1.1.1). Sendo assim, as ideias constituem percepções frágeis derivadas da vivacidade original das impressões. Portanto, a questão que interessa resolver aqui é como o raciocínio causal, envolvendo relações de ideias que, a princípio, possuem apenas um frágil poder em nossa mente, poderia se tornar uma inferência capaz de convencer nosso entendimento da existência de uma conexão necessária. Eis a emergência do princípio de vivacidade (THN, 1.3.10).

A análise da inferência causal permite a Hume identificar os aspectos da experiência que fundamentam este tipo de associação. Parece evidente que o elo causal depende de uma relação de sucessão, em que um elemento antecede a outro e determina a prioridade do que consideramos ser a causa com relação ao efeito que se segue dela. Além disso, a sucessão supõe uma relação de conjunção ou justaposição dos elementos considerados, situação que Hume

generaliza através da relação de contiguidade. Sendo assim, sucessão e contiguidade passam a ser consideradas relações essenciais da inferência causal (THN, 1.3.2). Porém, o autor não considera convincente esta aproximação inicial. A seguir, um estudo mais preciso leva a Hume a formular a presencia de uma relação denominada como conjunção constante. A experiência reiterada de situações concomitantes evidencia a repetição articulada de elementos que se apresentam de forma contígua e, também, constante (THN, 1.3.6).

Essa relação não representa somente mais um capítulo do preâmbulo introdutório à ideia de causalidade. Com efeito, a conjunção constante representa a condição que permite distinguir a relação causal de quaisquer outras conexões de natureza aleatória (THN, 1.3.14). Decerto, Hume considera ainda insuficiente a definição da causalidade como conjunção constante, mas com ela atingimos ao menos a determinação de uma condição necessária, a saber, a adequação da inferência causal ao domínio da experiência. Até aqui nada fizemos além de constatar alguns casos da experiência, pois as relações descritas constituem ideias relativas a impressões antigas. Ainda não há motivo capaz de despertar uma adesão vivaz em nossa mente. Esta relação de ideias somente se transforma em uma prova fidedigna da inferência causal quando a conjunção constante se transforma em uma força habilitada para conjecturar o futuro. E só haveria essa conjectura quando ultrapassarmos o que está dado na experiência e supormos que os casos se repetem porque há uma força que liga obrigatoriamente um dos elementos ao outro, a saber, quando houver conexão necessária. Nesse caso, a conjunção deixa de ser somente uma relação de contiguidade constatada na experiência de impressões antigas e se torna determinação causal de um elemento presente sobre outro conjecturado. A prova disso não deriva da repetição dos casos auferida da experiência, senão de um tipo de adesão nomeada crença (THN, 1.3.7).

A crença consiste no movimento pelo qual nossa mente transfere a vivacidade de uma impressão atual, relativa a um dos elementos, à ideia de outro elemento, supostamente efeito do primeiro. Dizemos supostamente, pois o único que temos desse segundo elemento é a ideia derivada dos casos anteriores. Ele ainda não aconteceu. A crença consiste em acreditar com força e vivacidade na existência de um evento ainda inexistente, com base na vivacidade de uma impressão atual correspondente ao evento que, a partir de agora, acreditamos que o causou. De maneira consequente, nossa mente entende que a conjunção constante se deve à existência de uma relação causal. Não somente constatamos uma experiência, agora a ultrapassamos para instituir um conhecimento que se refere ao futuro. Cada vez que o primeiro elemento de uma conjunção constante se apresentar, podemos acreditar que haverá um segundo elemento, derivado do anterior. Dessa forma, nos deparamos com a origem da inferência causal.

Hume se questiona acerca do fundamento desse movimento ou transferência de vivacidade mental presente na crença. Nesse momento, descreve uma tendência especial da mente para transitar com facilidade de uma percepção a outra. Com efeito, os célebres princípios de associação – nomeadamente, semelhança, continuidade e causalidade – derivam dessa qualidade primária da mente[3]. Conforme estabelece na primeira parte do Livro I, trata-se de uma força suave ("*gentle force*") que inclina nossa mente em função desses princípios, e não de uma determinação rígida (THN, 1.1.4). Esta descrição é retomada na terceira parte, ocasião em que o escocês refere esta característica ao costume ou hábito. O hábito representa a capacidade de transição de uma ideia a outra que define os princípios de associação. Trata-se, portanto, do princípio dos princípios. Sendo assim, a base da crença ou conjectura acerca do futuro é o hábito, ou seja, a base do princípio responsável da inferência causal é a facilidade com que nossa mente associa determinadas percepções e se inclina indo de umas as outras (THN, 1.3.8). Logo, mais a frente, Hume argumenta que o hábito é objeto de um aprimoramento constante e que sua força, digamos sua capacidade de transição, aumenta progressivamente (THN, 1.3.12).

Examinemos a questão em Deleuze. O francês se vale da crença sistematicamente ao longo de ES para mostrar que o conhecimento depende de relações que ultrapassam a experiência (ES, I – 1953, p. 4-5; ES, III – 1953, p. 64-66). Todavia, não identificamos um tratamento demorado do movimento que torna vivaz a ideia da inferência causal devido à impressão presente. Não há, por assim dizer, uma explanação detalhada da vivificação, necessária para explicitar os pormenores da constituição da crença e do hábito[4]. Sem embargo, há uma análise consistente do hábito enquanto progressão. Graças a essa abordagem, são explicadas as principais consequências da crença. Ao efetuar um movimento progressivo, o hábito vai além da experiência e, com isso, permite fundamentar a causalidade. Esta progressão depende da conjunção constante, pois representa um aprimoramento da forma em que o hábito lida com as repetições da experiência. E, também, vai além dela, enquanto institui a força da ideia de causalidade graças à vivificação da crença. Nas palavras de Deleuze, o hábito é outro princípio, diferente da experiência.

3 Cumpre frisar que nosso tratamento da ideia de causalidade se baseia na distinção entre a causalidade como relação natural e como relação filosófica. A primeira é considerada como um dos princípios de associação citados. Está alicerçada às profundezas da natureza humana e correlacionada à força de conexão necessária. Já a segunda concerne apenas à conjunção constante e representa uma comparação de ideias decalcadas da experiência passada. Ver THN, 1.3.14 e MONTEIRO, 2005.

4 Deleuze se limita a indicar a vivificação da ideia de relação causal a partir da impressão presente sem maior análise (ES, III – 1953, p. 65-66; ES, V – 1953, p. 102-103). Entretanto, descreve abundantemente os efeitos da vivificação no domínio moral, especialmente no que tange ao reforço social das regras gerais da cultura ou das instituições governamentais (ES, II – 1953, p. 41-43).

> De um lado, o hábito permite ao entendimento raciocinar sobre a experiência; faz da crença um ato possível do entendimento [...]. Por outro lado, o hábito supõe a experiência: os objetos se unem na imaginação, mas uma vez descoberta a conjunção dos objetos. [...] A repetição devém uma progressão, e mesmo uma produção, quando se deixa de considerá-la relativamente aos objetos que ela repete, nos quais ela nada muda, nada descobre e nada produz, para, ao contrário, considerá-la no espírito[5] que a contempla e no qual ela produz uma nova impressão [...] A experiência e o hábito ainda subsistem como dois princípios diferentes, como a apresentação dos casos de conjunção constante à observação do espírito e como a união dos mesmos casos no espírito que os observa. Nesse sentido, Hume dá sempre da causalidade duas definições conjuntas: união de objetos semelhantes, inferência do espírito de um objeto a outro (DELEUZE, 2001, p. 55 [ES, III – 1953, p. 65]).

Ao abordar a ideia de tempo, Hume salienta que se trata da ordem sucessiva de apresentação das percepções mentais e que nenhuma análise, mesmo "*repassando mil vezes*" estas percepções, poderia revelar mais do que isso. A não ser graças a um modelamento das faculdades que faça surgir uma impressão original, derivada de uma sorte de "*contemplação*" (THN, 1.2.3; ES, I – 1953, p. 14). Este termo, utilizado raras vezes pelo escocês, marca o ponto de inflexão que permite descrever aquelas impressões que derivam das próprias operações da mente ou espírito, a saber, as impressões de reflexão. De acordo com nosso argumento, a crença representa uma das impressões refletidas pelo espírito quando este "*sente*" a vivacidade da conexão necessária operando sobre suas percepções. Trata-se, assim, de uma forma de contemplação em que a consideração das repetições apresentadas à mente ganha algo que as ultrapassa. Voltando a Deleuze, a repetição pode ser considerada relativamente aos objetos repetidos ou do ponto de vista da progressão ocasionada pela contemplação.

Essa distinção se revela central na análise que Deleuze desenvolve acerca de Hume em ES, V, capítulo da obra dedicado a formular as consequências da filosofia de Hume para pensar a subjetividade. Primeiramente, o tempo deve ser pensado no âmbito do caráter objetivo do dado na experiência. *A fortiori*, a própria experiência se define pelo que é dado, a saber as impressões sensíveis que se apresentam a nossa mente de forma precisa e distinta. Sua objetividade está dada por seu caráter atômico e por sua estrutura, sustenta Deleuze (ES, V – 1953, p. 100). O dado constitui uma percepção indivisível, como a de um ponto ou átomo, cuja distinção determina sua objetividade – o já citado "princípio de diferença". Trata-se da menor percepção possível ou, dito nos

5 Trataremos "espírito" e "mente" como termos equivalentes, pois "mente" traduz "mind" do inglês, em quanto que "espírito" verte "esprit" do francês que, por sua vez, é também tradução de "mind".

termos do francês, de um ponto sensível (ES, V – 1953, p. 89). Igualmente, o dado faz parte de uma ordem de apresentação que dá origem às ideias de espaço e tempo, consideradas por nosso pensador como a estrutura do dado. Esta constitui, em sentido estrito, uma ordem de apresentação que, como tal, não introduz elementos alheios à experiência. Destarte, o tempo constitui a ordem sucessiva de apresentação do dado, sendo que esta sucessão nada acrescenta às impressões sensíveis. Nesse sentido, o tempo pode ser considerado uma ideia ou estrutura, a saber, um decalque das impressões sensíveis correspondentes ou, mais exatamente, da sua ordem de apresentação.

Essa explicação se debruça na segunda parte do Livro I do *Treatise,* dedicada às ideias de espaço e tempo. Contudo, o interesse de Deleuze visa à descrição das transformações que sofre o espírito diante de alterações nas faculdades, notadamente na imaginação. Em um trecho breve e sem grandes ambições, Hume indica que a reprodução de antigas impressões na forma de uma ideia corresponde a uma operação da memória e que outros tipos de tratamento com os conteúdos mentais, tais como as associações, correspondem à imaginação (THN, 1.1.3). A imaginação, assim, constitui o terreno fértil para identificar aquele viés contemplativo do espírito capaz de ultrapassar os dados da experiência e fazer emergir uma impressão de natureza diversa, una impressão de reflexão. Isso explica o destaque da imaginação no decorrer do estudo que Deleuze dedica a Hume, especialmente quando se trata de examinar as consequências do ponto de vista da constituição da subjetividade. Tornar-se-á central a hipótese mencionada de passagem por Hume. O tempo não é mais a ordem sucessiva do dado e se institui como o regime da expectativa, ou seja, "*da síntese do presente e do passado em vista do porvir*" (ES, V – 1953, p. 101). Essa síntese faz do tempo uma força capaz de se adentrar no futuro através de um tecido complexo de pressupostos que nos projetam para além da experiência. Trata-se do tempo como tendência de "*attente*" (expectativa) que "*s'attend à*" (conta com) o futuro. Crê-se no que ainda não aconteceu por força da síntese realizada entre impressões vívidas e reprodução de experiências passadas. O espírito crê na medida em que sente a vivacidade dessa síntese numa impressão de reflexão. Deparamo-nos, novamente, com o cerne do hábito. Dessa vez, a natureza progressiva do hábito transforma o funcionamento da imaginação e introduz aspectos mais complexos no estudo da subjetividade. Para isso, uma das etapas preliminares é a delimitação de uma nova definição do tempo.

4

O capítulo II de DR, intitulado "*A repetição para si*", inicia estabelecendo uma distinção entre duas formas da repetição: a repetição no objeto, repetição

em si, e a repetição para quem contempla, ou para si da repetição. Deleuze expõe aqui o absurdo ao qual está exposta a primeira, sempre abortada e confinada aos limites de cada instante. A descontinuidade se impõe com uma regra que frustra a emergência de um fio capaz de enlaçar cada apresentação à que segue tornando impossível a constituição da repetição (DR, II – 1968, p. 96). Por isso, a sucessão capaz de constituir a repetição depende de uma síntese que, em conformidade com o gesto de ES, Deleuze chama de contemplação.

A diferença entre estas duas formas de repetição deriva da distinção entre as duas formas do tempo, estudadas em ES, V. Com efeito, o tempo entendido como síntese do hábito opera através de uma contemplação que ultrapassa os dados do tempo, entendido como mera estrutura de sucessão. Em DR, II a síntese do hábito constitui o arcabouço sobre o qual se constrói o elo que dota de continuidade aos diferentes momentos de uma repetição. De certo, Deleuze desloca a função da sucessão. Em ES, V esta descreve unicamente a ordem dos dados, sem adicionar nada à sua apresentação. Trata-se do tempo como estrutura. Em DR, II a sucessão assume o papel da síntese do hábito na medida em que garante a existência do elo que torna pensável a repetição. Ao que parece, ela ocupa o lugar oposto nessa nova configuração. Contudo, a repetição em si mantém ou, inclusive, radicaliza um dos aspectos essenciais do tempo compreendido como dado, qual é sua natureza atômica. Os diferentes momentos da repetição se distinguem uns dos outros sem relação nem solução de continuidade. Nesse sentido, esta forma da repetição transforma o princípio de diferença – base da distinção do dado – em regra de descontinuidade. Aliás, a repetição em si nada mais é do que a apresentação isolada dos diferentes instantes.

Porém, o problema persiste e se localiza exatamente no ponto em que a sucessão não pode mais pertencer à ordem do dado e exige a contração dos diferentes momentos em uma síntese capaz de garantir a reprodução. Reproduzir o dado, de acordo com a ideia de tempo como sucessão, pressupõe a contração que relaciona os diferentes instantes. Deleuze assume que a capacidade reprodutiva da memória, antes em ES garantia do tempo como pura ordem de sucessão, depende agora da síntese da imaginação, através da qual o hábito cria o elo repetitivo que dá embasamento à possibilidade da sucessão. Memória e imaginação não operam mais concepções independentes do tempo. No começo de DR, II Deleuze afirma que tanto a capacidade de reproduzir o passado, correspondente à memória, quanto o poder de estabelecer inferências causais acerca do futuro, tarefa do entendimento, dependem da síntese contemplativa que opera na imaginação (DR, II – 1968, p. 97-98). Esta síntese garante a sucessão dá embasamento à reprodução e à previsão (DR, II – 1968, p. 98). A consequência evidente que apreciamos no decorrer do argumento é que desaparece a noção de um tempo estrutural, ligado exclusivamente ao

dado. O tempo, para Deleuze, se transforma em sinônimo de síntese e estende as conclusões estabelecidas em ES, V acerca do tempo compreendido como tendência ou inclinação, até os mais diversos âmbitos.

Esta espécie de trasvasamento conceitual, circunscrito ao âmbito da analogia entre ES e DR, está acompanhado também por um trasvestimento de personagens e referências. A síntese entre a impressão viva do presente e a ideia semelhante no passado, analisada em ES, abre espaço para um tratamento mais ambicioso em DR, ao formular no começo do capítulo II a ideia da síntese passiva do presente. As características essenciais deste estudo, embora atribuídas explicitamente a Hume, remetem também às *Lições* sobre o tempo de Husserl. O fluxo temporal do presente, ou presente vivo, depende de uma trama transversal de intencionalidades que tecem uma síntese complexa entre a impressão atual, a retenção da força originária do passado e a protenção ou antecipação do futuro imediato (HUSSERL, 2002, p. 60-62). Isso configura a vivência originária do tempo, uma síntese passiva que sustenta a sucessão dos estados de consciência e que, como tal, constitui a base das operações que esta realiza. Husserl estabelece uma distinção entre dois tipos de recordação (2002, p. 67-69). A recordação primária se identifica com o fluxo de consciência e constitui a retenção da vivacidade original do passado. Como tal representa um mergulho naquilo que fica guardado nas profundezas da consciência. Daí a necessidade de uma intencionalidade transversal que vai das diferentes capas do tempo presente (escorço que integra impressão atual e a retenção do passado) até uma antiga impressão original. Desenha-se um complexo diagrama do tempo (2002, p. 50-51). Entretanto, a recordação secundária se limita a operar sobre uma intencionalidade linear que reproduz os aspectos superficiais de uma antiga vivência. Depende, assim, da trama constituída pela intencionalidade transversal. Imitando o gesto husserliano, Deleuze sustenta que a memória pode somente reproduzir lembranças que já foram integradas ao elo sucessivo do fluxo temporal pela síntese passiva da imaginação (DR, II – 1968, p. 97-98).

Apesar da proximidade evidente com Husserl, Deleuze atribui a síntese passiva a Hume e a Bergson. As referências heterogêneas operam uma colagem mascarada em que a citação de um autor abre espaço para falar de outras referências. A duplicidade do tempo serviu de ponto de partida para identificar um momento preciso da síntese de sucessão, a saber, o desdobramento entre o fluxo como tal e as operações passíveis de serem articuladas na superfície. A descrição do assunto, do ponto de vista de Hume e Husserl, agora se prolonga até a distinção bergsoniana entre a duração pura e uma temporalidade derivada projetada por nossa inteligência sobre um espaço auxiliar (DR, II – 1968, p. 98; BERGSON, 1970, p. 51-57). Entretanto, Deleuze não se limita

ao produzir uma convergência indiferenciada de colagens. Cada movimento responde a colocações precisas acerca dos conceitos com que opera.

Cumpre destacar, portanto, a distinção que formula entre Bergson e Hume (DR, II – 1968, p. 98-99). Esta distinção versa sobre dois tipos de repetição: de elementos e de casos. Para tanto, Deleuze se vale do exemplo de Bergson relativo ao badalo de um relógio que configura a temporalidade de um som reiterado (BERGSON, 1970, p. 58-59) e das reflexões de Hume acerca dos casos de conjunção constante. Ademais, enuncia essa distinção através de dois tipos de série. Uma repete um mesmo elemento (A A A...) e a outra uma conjunção ou caso (AB AB AB...). A análise de Deleuze visa mostrar a arquitetura da síntese de repetição e, mais especificamente, de sua constituição por níveis de complexidade crescente. Com efeito, a convergência de uma série repetitiva de elementos (A A A...) com outra (B B B...) gera uma repetição de casos (AB AB AB...). O caso pressupõe, portanto, a existência de series elementares heterogêneas. Deleuze indaga, também, se o elemento não constitui uma síntese de repetição de casos implícita. Dessa maneira, não seria adequado supor a simplicidade da série elementar. Esta não serve apenas para constituir níveis mais complexos de repetição, mas está dotada da sua complexão própria.

A tendência que vincula um tipo de série à outra evidencia a presença da força do hábito. No decorrer da análise, Deleuze se apropria de conceitos diferentes para exprimir o que inicialmente enuncia sob a forma de dois tipos de repetição. Mas, de forma inevitável, volta sobre a fórmula relativa à contemplação. Esta orienta o desdobramento das instâncias que servem para pensar a repetição e desemboca na instituição do hábito como problema reitor da primeira síntese do tempo. O hábito consiste na tendência a contrair os instantes da repetição e, graças ao desdobramento contemplativo, extrair ("*soutirer*") algo de novo: a síntese do presente. O exame cuidadoso pelo percurso de algumas noções caras a esta análise permitiu identificar a importância do trabalho dedicado a Hume, ES, para compreender algumas das operações conceituais efetivadas em DR. Essa tentativa, como evidenciou nosso estudo, não depende somente do diagnóstico do papel que tem noções como repetição e hábito, mas também das premissas metodológicas que orientam a determinação do sentido da noção de colagem a partir da apuração das limitações envolvidas na operação de leitura analógica.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. *Essai sur les données immédiates de la conscience*. Paris: PUF, 1970.

CELIS, Claudio. *Gilles Deleuze y el origen pasivo del tiempo*. 2011. Tesis (Magister en Pensamiento Contemporáneo) – Universidad Diego Portales, Santiago, 2011.

DELEUZE, Gilles. *Différence et répétition*. Paris: PUF, 1968 [Diferença e repetição, trad. Roberto Machado e Luiz Orlandi. Rio de Janeiro: Graal, 1998/2006] [Diferença e repetição, trad. Luiz Orlandi e Guilherme Ivo (inédita)].

DELEUZE, Gilles. *Empirisme et subjectivité*. Paris: PUF, 1953. [Empirismo e subjetividade, trad. Luiz Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2001].

DELEUZE, Gilles. *L'île déserte et autres textes*. Ed. David Lapoujade. Paris: Minuit, 2002.

HUME, David. *Treatise of Human Nature*. Ed. L.A. Selby-Bigge. Oxford: Clarendon Press, 1896.

HUSSERL, Edmund. *Lecciones de fenomenología de la conciencia interna del tiempo*. Trad. Agustín Serrano de Haro. Madrid: Trotta, 2002.

MONTEIRO, João Paulo. Hume: three major problems. *In*: GUIMARÃES, Livia (org.). *Ensaios sobre Hume. II Colóquio Hume*. Belo Horizonte: Segrac, 2005. p. 9-22.